

POR UM SINDICATO FORTE E DE LUTA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

As profundas mudanças ocorridas ao final do século XX alteraram a configuração de poder que perdurava no mundo há quase cinquenta anos. Ao colapso do bloco socialista, somaram-se os avanços da revolução técnico-científica e as políticas de liberalização econômica, recomendadas por Washington e pelas instituições financeiras internacionais. Com isso, permitiu-se o rápido avanço do processo de globalização. O fim da “ameaça comunista” fez os EUA criarem novos fantasmas, novos inimigos para que o país pudesse exercer um papel de liderança ainda maior do que possuía durante a Guerra Fria e atuasse como uma polícia mundial. Tráfico de drogas, terrorismo, Estados fora da lei, segundo a classificação do governo estadunidense, foram colocados na lista dos inimigos a serem vencidos. As guerras passaram a ser permanentes, entregues às companhias de segurança privadas, e se tornaram um fim em si mesmas. Ao fim do século passado, a liderança norte-americana nessa nova ordem mundial parecia incontestada e duradoura, e as versões acerca do fim da história e da inexistência de alternativas ao modelo de acumulação imposto se transformaram em dogmas propagados a exaustão pelos meios de comunicação hegemônicos.

Em pouco tempo a globalização, que nos era contada como fábula, se transformou em perversidade para grande parte da humanidade. O desemprego cresceu, junto com a pobreza e as desigualdades sociais. Mesmo nos países ricos, a renda do trabalho, que havia crescido durante o boom capitalista, iniciado ao fim da II Guerra Mundial, passou a sofrer crescentes perdas diante dos ganhos do capital. Enormes contingentes populacionais de países africanos e asiáticos foram deixados à própria sorte, condenados a guerras fratricidas, a invasões de seus territórios pelas potências mundiais, ao risco de novas epidemias, como a AIDS e o Ebola, etc.

A globalização econômica, resultado da crise de acumulação do capital nos países centrais, também modificou o papel do Estado, provocando sua retirada de setores produtivos e a entrega de parte dos antigos poderes estatais para instituições paraestatais ou de capital privado. Os Estados nacionais modificaram suas formas de agir sobre seu próprio território e em suas relações com outras nações e instituições internacionais. Com a mudança nas suas atribuições, uma adaptação às novas exigências do capital, houve uma redução da margem de manobra dos Estados nacionais para responder mais eficientemente aos anseios e necessidades da população. Enquanto nos países ricos o alvo era o Welfare State (Estado do Bem-estar social), nos países periféricos o objetivo era acabar com as políticas desenvolvimentistas. Afinal, para sua própria sobrevivência, o capitalismo precisa criar espaço novo para acumulação, seja através da intensificação de desejos ou da sua expansão geográfica, como nos ensina David Harvey.

O Estado cedeu parte de seu poder, mas também adquiriu ou ampliou outros, como na área de segurança. Uma questão que cabe somente ao Estado responder, pois envolve soberania no seu sentido tradicional. A criação ou o reforço de instituições supra estatais de caráter econômico, político ou militar – ONU, UE, OTAN, Nafta, Mercosul, G-20, G-8, BRICS, G77, etc – mostra também um caminho que leva a uma reafirmação da soberania, protagonizada pelos Estados-nação. Substituindo outras instituições que faziam sentido no sistema global anterior, essas instituições, novas ou reformadas, assumem funções que pertenciam anteriormente a um Estado dentro dos

limites de sua soberania. Nestas instituições, o Estado passou a dividir parte da soberania que detinha anteriormente com outros Estados, embora de maneira desigual, devido a grande variedade de seus integrantes. Essas instituições tornaram-se importantes agentes geopolíticos do atual sistema global.

Ao longo das últimas décadas, a implementação do modelo neoliberal e os elevados gastos militares, provocaram um nível de endividamento extremo dos EUA, fazendo com que a economia do país veja reduzir seu tamanho em relação a outras nações e comprometendo seriamente os investimentos internos. O aumento da pobreza no país se torna caso de segurança nacional. Negros e hispânicos são encarcerados em massa, com uma proporção na enorme população carcerária do país muito superior ao de sua maioria branca. Com a crise deteriorando o poder aquisitivo dos trabalhadores e tendo a economia chinesa no seu encaixe, o poder militar norte-americano pode ser visto como o seu grande diferencial com o resto do mundo, um poder capaz de ainda manter os EUA no papel de superpotência única, com possibilidades de intervenção em todos os lugares do planeta. Porém, tal superioridade não representa para o país a possibilidade de impor sempre sua vontade, pois o poder militar também possui suas limitações e o uso de armamentos nucleares apresenta grandes restrições.

A busca por acesso irrestrito às enormes reservas de petróleo do Oriente Médio, fez com que os EUA apoiassem e financiassem grupos fundamentalistas islâmicos na Síria, na Líbia e em outros países da região, enquanto arma o exército israelense e assiste impassível ao genocídio do povo palestino. Agora, com as conquistas de territórios iraquianos por parte do grupo Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL), criado e armado, em parte, com sua ajuda na guerra civil síria, os EUA voltam a intervir militarmente no Iraque.

A derrubada do governo eleito da Ucrânia, com a instalação de um governo “amigável” ao ocidente, e a expansão da OTAN para o leste europeu e ex-repúblicas soviéticas, fazem parte da estratégia estadunidense de “cercar” a Rússia, um rival no poderio militar, especialmente no campo nuclear. Enquanto vigia o mundo e pune severamente quem denuncia suas ações ilegais, os EUA alimentam diversos conflitos. A violência promovida, ou patrocinada, pelo governo norte-americano, retira dezenas de milhões de pessoas de suas casas, divide famílias, provocando mortes, fome, mais miséria e exploração.

Nos países da Europa a crise chegou para ficar. A crise do Welfare State derrubou a ilusão do pacto entre capital e trabalho que animava o espírito inicial da União Europeia (UE). Na Zona do Euro, ao longo dos últimos anos, a crise vem provocando um quadro de recessão, de crescente precarização do trabalho e de um elevado nível de desemprego, que já pode ser considerado estrutural. A resposta dada pelos governos de variadas tendências vem na forma de políticas que beneficiam os causadores da crise e punem os trabalhadores e suas famílias.

O capital promove e aprimora novas formas de controle sobre o trabalho. Unindo novas modalidades de remuneração, apresenta metas a serem cumpridas e jornadas de trabalho flexíveis. Leva o “espírito” do Toyotismo para além dos muros da fábrica, o que atinge o setor de serviços e a administração pública. Na Educação, observamos isso claramente nos projetos “meritocráticos”. Formas de contratação flexíveis são disseminadas. Com o crescimento do número de precarizados, em geral, assalariados e pouco organizados, os trabalhadores perdem grande parte de sua força na luta contra o capital.

CONJUNTURA NACIONAL

As jornadas de junho de 2013 evidenciaram o quanto os trabalhadores e o povo, em geral, estão descontentes com as políticas do governo federal e de grande parte dos governos estaduais e municipais, que patrocinam o arrocho salarial, sucateamento dos serviços públicos, sobretudo, da educação e saúde deste país. Além disso, o povo também foi às ruas contra a corrupção política, contra o enriquecimento gigantesco dos bancos, que foram beneficiados por políticas econômicas generosas ao capital (os donos do dinheiro); contra os gastos absurdos nas obras para Copa; contra o crescimento da violência que atinge, sobretudo, os mais pobres, em particular a juventude negra. Para tentar conter as mobilizações e os protestos que se espalharam por todo o país, os poderosos usaram, como sempre, a força policial que reprimiram com violência as mobilizações populares. Pensaram eles que o povo se calaria, mas o efeito foi contrário: a rua foi o cenário principal da conjuntura daquele ano e os movimentos sociais tornaram-se porta vozes do clamor popular. Neste bojo, os profissionais da FAETEC atuaram em defesa de seus direitos e realizaram uma greve histórica em prol do Plano de Cargos e Salários.

No primeiro semestre de 2014 a conjuntura nacional teve como centro a Copa do Mundo. Uma Copa que beneficiou os empreiteiros, aliados e amigos de políticos e governos corruptos e corruptores. Uma Copa que excluiu a população pobre e trabalhadora dos estádios em função dos ingressos exorbitantes e que indignou o cidadão e cidadã deste país ao ver esquemas montados para encher os cofres de uma minoria privilegiada. A desilusão foi tanta que ainda por cima tomamos uma surra dentro de campo. Apesar do cerco montado pela Força Nacional e polícias estaduais com apoio da grande imprensa, as manifestações continuaram e a classe dominante colocou em prática a política de criminalização dos movimentos sociais. Tentava-se calar mais uma vez os trabalhadores que responderam com mais greves e mais protestos.

Tendo o fracasso da Copa como rastro, o segundo semestre trouxe as eleições para o centro da conjuntura nacional. Por um lado, a base aliada de Dilma tenta manter-se no governo para continuar a farra das propinas e da política econômica que faz com que os banqueiros fiquem cada vez mais ricos, enquanto os mais pobres recebem em troca poucos benefícios, muito aquém da necessidade real de quem mais precisa. Falta saúde, falta educação, falta terra e moradia, enquanto os mais ricos festejam o crescimento de suas contas bancárias. Por outro lado, os poderosos – que estão em torno das candidaturas de Marina e Aécio – querem assumir o posto de governo para radicalizar mais ainda o arrocho salarial dos trabalhadores e fortalecer com mais rapidez o poderio econômico da burguesia.

A conjuntura também evidencia o problema do **racismo** em nosso país. Jogadores negros são xingados de macaco; trabalhadores negros são presos e mortos pela polícia como suspeitos; a juventude pobre e negra está sendo exterminada nos grandes centros urbanos; as mulheres negras sofrendo cada vez mais violências. Como profissionais de educação que somos, os servidores da FAETEC precisam se somar ao combate ao racismo e de todas as formas de discriminação, não só pelo fato de ser crime, mas também porque enquanto houver racismo não haverá verdadeiramente uma sociedade democrática no Brasil.

CONJUNTURA ESTADUAL

Após as jornadas de junho de 2013, ocorreu um desgaste acentuado das gestões do PMDB, tanto no plano estadual, como no município do Rio de Janeiro. Diante disso, o PMDB acabou tendo que sacrificar o símbolo emblemático da relação promiscua e criminosa entre o setor público e o setor privado: o ex-governador Sérgio Cabral. No entanto, no atual processo eleitoral, essas forças do atraso se reagruparam na figura de Pezão. Sua candidatura, apesar das fortes críticas vindas dos seus antigos aliados – Lindberg, Crivella e Garotinho –, bem como das oriundas do campo da esquerda, através das candidaturas do PSOL, do PSTU e do PCB, usam e abusam da máquina do governo, inflado pelo dinheiro das empresas que têm relação direta com a atual administração. Com isso, cresce a possibilidade de manutenção do poder no Rio de Janeiro nas mãos do PMDB.

Os movimentos sociais, populares e sindicais, durante e após as jornadas de junho de 2013, enfrentaram duramente a disposição do governo de prosseguir com a visão excludente e elitista sobre as políticas públicas. No campo educacional, a implementação da chamada “meritocracia” é ponto de honra da atual gestão na Seeduc e com certeza se estenderá para os outros setores da administração estadual. Na área de saúde, promove-se a entrega da gestão dos serviços às Organizações Sociais (OS), o compromisso é com a mercantilização do direito à saúde da população; na segurança pública, a lógica de ocupação militar nas comunidades através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) vem fazendo água, e prossegue a complacência com a ação das milícias em áreas antes controladas pelo tráfico. No campo econômico, prevalece a aliança com as grandes empresas, nacionais e transnacionais, capitaneadas pela Firjan e pela Fecomércio. A lógica das benesses das isenções fiscais em detrimento do investimentos nas áreas sociais foi a tônica desse processo. Permanece, naquilo que é palpável no programa de governo de Pezão, a submissão à Fetranspor, ao Metrô, à Supervia e às Barcas S.A. Isto representa a continuidade de políticas de transporte que só atendem às empresas e não aos milhões de trabalhadores e trabalhadoras do nosso Estado. Essas forças conservadoras contam com o apoio irrestrito da grande mídia vinculadas a esse projeto retrógrado e antipopular.

A hegemonia do PMDB e de seus aliados incorpora, não somente a esfera do executivo, mas diretamente o poder legislativo, com a presidência da Alerj e as bancadas de sustentação, sempre submissas aos interesses do governo estadual. Os tentáculos do governo são visíveis nas decisões do poder judiciário, como foi claramente demonstrada durante os protestos do ano passado e, em 2014, com a criminalização dos movimentos sociais e o uso de métodos antidemocráticos para conter a insatisfação popular.

Os vários atores da sociedade civil, sejam os movimentos sociais, populares ou sindicais, protagonizaram um embate aguerrido com as forças obscurantistas da atual administração estadual. Em 2013 e 2014 as greves, em especial na educação, mostraram o descompromisso do governo com a sociedade civil fluminense. O enfrentamento foi duro. A greve da educação estadual em 2014 sofreu diretamente com as intransigências e arbitrariedades do governo Cabral/Pezão, bem com as do prefeito Eduardo Paes. Na FAETEC, a greve de 2013, apesar de empolgante e conduzida pela base da categoria, foi vencida pela aliança espúria entre a direção do Sindpefaetec e a direção da FAETEC. Em 2014, a completa ausência de mobilização impôs à categoria uma derrota vexatória na conquista do dissídio anual. Cerca de 90% dos servidores estaduais arrancaram índices de reposição das perdas salariais, enquanto a FAETEC ficou de fora,

graças à omissão da atual direção do sindicato. O atual plano de cargos e salários, fruto da luta histórica da categoria, longe de atender à totalidade dessa mesma categoria – em especial citamos a frustração do setor administrativo e pedagógico – já se iniciou com perdas significativas.

Enfrentamos e enfrentaremos um governo disposto a impor sua política de arrocho aos servidores, bem como a continuidade da política de submissão da coisa pública aos interesses do capital. Caberá, no que resta de 2014 e 2015, à reorganização dos diversos setores organizados da sociedade civil fluminense, o enfrentamento com o governo que sairá das urnas.

CONCEPÇÃO SINDICAL

Nós da “*Oposição pela Base*” propomos uma ação sindical baseada na independência de classe. Sendo assim, não podemos transigir com quaisquer atrelamentos do Sindpefaetec e de sua direção com a FAETEC e/ou com o governo nas suas diversas instâncias.

No IV congresso dessa entidade houve um retrocesso quanto à composição da direção, abrindo mão do princípio da proporcionalidade, que garantia a pluralidade de representação das diversas visões sindicais, existentes no seio dessa categoria. Em contrapartida, foi aprovada uma proposta que trouxe uma forma de composição extemporânea, no mundo sindical, que só se explica por interesses mesquinhos que visam monopolizar o aparelho sindical, assim como calar as vozes de outros segmentos militantes de nosso sindicato.

Propomos o resgate da proporcionalidade como princípio e forma na construção da diretoria do Sindpefaetec. Mas não uma proporcionalidade em que a chapa vencedora escolha os ditos “cargos estratégicos”, deixando a “sobra” para a(s) chapa(s) menos votada(s). Entendemos que esse princípio deva ser **qualificado**. Dessa forma, apresentamos o método em que a escolha seja feita cargo a cargo, onde a chapa mais votada escolhe primeiramente um espaço na direção, aquela que se colocou como segunda colocada escolhe a seguir, e assim sucessivamente caso existam outras chapas concorrentes, sempre respeitando o número de votos recebidos e sua respectiva colocação no pleito, em que a categoria se manifesta para escolher a próxima direção.

Apresentamos ainda um rodízio na Coordenação Geral, composto por cinco membros da direção eleita, que deverá acontecer sempre ao final de um ano. Assim, como cada gestão do sindicato tem o prazo de três anos, o colegiado teria três formações distintas durante o transcorrer da gestão.

Verificamos que, historicamente, após a aprovação da majoritariedade como forma de composição da diretoria do Sindpefaetec, houve uma cristalização e monopólio de tarefas no interior do conjunto da direção, permitindo que um número significativo de diretores simplesmente deixasse de assumir suas responsabilidades e passassem a utilizar o tempo “livre” que suas licenças sindicais lhes permitiram, para tratar de questões pessoais tais como atuarem profissionalmente em outras empresas, entidades ou mesmo a partir de iniciativas particulares. Sem falar daqueles que, de maneira louvável, resolveram investir na formação acadêmica, contudo, de forma leviana, utilizando-se mais uma vez do tempo em que deveriam estar a serviço da categoria que os elegeu, e com isso contava. Portanto, visando dar combate a essas posturas espúrias propomos que os membros da direção, excluindo-se aqui aqueles que formam a executiva, usufruam de apenas 50% de seu tempo de licença no sindicato. E que no restante do tempo ele esteja trabalhando na unidade em que estiver lotado, obrigando assim que o diretor eleito mantenha um contato direto e cotidiano com a base que diz representar, evitando o “desaparecimento” do diretor da luta sindical, a qual se propôs vincular.

Entendemos também que deva ser extinta a obrigatoriedade de paridade, entre docentes e funcionários administrativos, para a formação da direção do Sindpefaetec, porém garantindo a representação de 1/3 de cada segmento na composição da mesma. A atual obrigatoriedade dessa paridade impede, no mais das vezes, que um ou o outro setor deixe de apresentar uma série de companheiros e companheiras, que demonstram naquela conjuntura disposição para a luta sindical, para que esse requisito burocrático

seja atendido pelas chapas concorrentes. O que pode levar a apresentação de uma nominata de militantes apenas formais.

Em consonância com os diversos movimentos sociais, inclusos aí vários sindicatos, indicamos que o congresso aprove a cota mínima de 30% de companheiras, na formação das próximas diretorias. Entendemos que as mulheres já são maioria da população e formam um enorme contingente no interior da FAETEC, justificando assim demandas específicas que devem ser respondidas com sua presença no sindicato.

Cabe ressaltar que esse conjunto de medidas tem como fito fazer com que haja uma intervenção mais direta e permanente, por parte dos diretores eleitos para a nossa entidade de representação sindical. Nesse sentido acrescentamos a proposta de uma reformulação estatutária no sentido da criação de uma ativa secretaria de formação política e sindical, para atender a toda a categoria no geral, e a própria direção especificamente, garantindo assim um estímulo à participação e a formação de novos quadros militantes.

Por conseguinte todas essas propostas não podem estar descoladas da defesa intransigente da escola pública, gratuita e de qualidade, e acima de tudo republicana e **LAICA**, afastando qualquer intervenção ou preconceito baseada em valores religiosos, não respeitando opções de matrizes que não pertencem àquelas mais adotadas, atualmente, em nossa sociedade.

Concluindo nossa proposta para a formação de uma concepção sindical coletiva no Sindpefaetec, devemos estimular nossa participação direta e ativa no conjunto das ações dos demais movimentos sociais, avançando no sentido de nos afastarmos da nefanda prática isolacionista do carcomido sindicato exclusivamente corporativista.

Dessa forma, a nova redação dos artigos do Estatuto do Sindpefaetec ficará assim:

Artigo 4º: São direitos dos filiados:

§ 2º: Terá garantido o direito de se filiar todo o quadro permanente de pessoal: técnico-pedagógico e técnico-administrativo, concursados (FAETEC e de outros órgãos à disposição da FAETEC, ativos e aposentados), incluindo os que estiverem afastados temporariamente, **e profissionais contratados pela FAETEC.**

§ 3º: A admissão no quadro social do sindicato se fará mediante a comprovação da matrícula em instituição de ensino da FAETEC **ou de comprovação de vínculo empregatício com a FAETEC.**

Artigo 15º:

§ **Parágrafo Único:** A composição da diretoria **respeitará um mínimo de 1/3 do pessoal do quadro técnico-pedagógico ou do pessoal técnico-administrativo, e terá a obrigatoriedade de comportar 1/3 de mulheres entre seus membros.**

Artigo 16º: A Diretoria Colegiada é composta pelas seguintes Coordenações e Secretarias, com o número de membros assim definidos:

COORDENAÇÃO GERAL, 5 (cinco) membros;
SECRETARIA DO INTERIOR, 5 (cinco) membros;
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 2 (dois) membros;
SECRETARIA DE FINANÇAS, 2 (dois) membros;
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS, 3 (três) membros;
SECRETARIA DE IMPRENSA E CULTURA, 2 (dois) membros;
SECRETARIA DO QUADRO DO MAGISTÉRIO, 2 (três) membros;
SECRETARIA DO QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, 2 (três) membros;
SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL, 2 (dois) membros.

§ 1º: **Haverá um rodízio na Coordenação Geral a cada fim de ano, com todos os seus membros cedendo o lugar para outros diretores.**

§ 2º: **Os diretores que não integrarem a Coordenação Geral, terão direito a uma licença sindical de apenas 50% de sua carga horária na FAETEC.**

Artigo 39º: A Diretoria Colegiada e o Conselho Fiscal serão eleitos pelo princípio da **proporcionalidade qualificada.**

Artigo 42:

§ 4º: **É permitida uma reeleição somente para a Diretoria, sendo que o período de afastamento do cargo terá que ser de igual tempo ao que o profissional permaneceu como diretor do sindicato.**

ASSINAM ESTA TESE OS SEGUINTE DELEGADOS:

- Aderaldo Gil
- Alessandro César
- Ana Karla
- Arquimedes
- Derli Silveira
- Flávia Ruas
- Luiz Felipe Carvalho
- Márcia Hortência
- Selma Sabá
- Telma Castro Silva
- Thaysa